

Economia - A recessão, a transição e o sonho

ESTADO DE SÃO PAULO



Há que se esperar que Papai Noel presenteie o Real com a estabilidade

Fora as exceções abertas para bancos estaduais, compra de linhas telefônicas e de táxis, pelo menos até o Natal o governo não vai recuar das medidas de contenção de crédito ao consumo e o compulsório de 15% sobre empréstimos. O trauma pelo que deixou de ser feito para salvar o Plano Cruzado, em 1986, "buzina" permanentemente nas cabeças dos integrantes da equipe econômica, orientando-

os a não repetir erros ditados pela omissão. Assim, eles preferem "pecar" pelo excesso, nunca pela falta. As medidas podem ser consideradas exageradas, mas garantem atravessar este final de ano sem ameaças de crescimento descontrolado da demanda e de recrudescimento da inflação, como aconteceu com o Cruzado.

A apreensão maior localiza-se em dezembro, quando as empresas pagam o 13º salário e os trabalhadores se apossam do dobro de seus rendimentos normais. Se o crédito continuasse fácil e amortizado em 12 ou até 24 prestações, com toda a certeza, o Natal seria mais "azedo" para o consumidor, amargado pelo encarecimento especulativo de produtos de consumo popular. Agora, a indústria e o comércio terão de adequar seus preços à capacidade de gastos da população, que ficou reduzida

com as medidas de contenção e retenção na área do crédito. Há que se esperar, portanto, que Papai Noel presenteie o Plano Real com a continuidade da estabilidade de preços.

Passada a primeira semana, os analistas divergem quanto ao efeito recessivo ou não dessas medidas. Os que apostam que a economia passará por um período de retração argumentam que o governo fechou as duas portei- ras da de-

manda: vendas domésticas e exportações. Se as vendas nas duas pontas caem, levam junto a produção industrial, desempregam e criam ambiente favorável à recessão, avaliam esses analistas. É uma lógica econômica que ficou comprovada nos primeiros dias que sucederam o arrocho no crédito pelos números da queda no fechamento de contratos de câmbio de exportação e da redução das consultas ao Serviço de Proteção ao Crédito (SPC).

Mas, certamente, não é uma lógica irrevogável ou definitiva. Contra a expectativa de recessão há a situação confortável das empresas neste momento. Elas estão muito bem capitalizadas, acumularam lucros médios de 28,6% no primeiro semestre do ano e baixo nível de endividamento, segundo levantamento da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Têm folga financeira,

portanto, para continuar produzindo, aumentar a oferta e faturar mais reduzindo os preços de seus produtos e vendendo-os à vista.

Embora o líder do governo no Senado, Pedro Simon (PMDB-RS), tenha insistido junto ao presidente Itamar Franco para que o governo busque compensações, evitando o risco de recessão, a equipe econômica avalia que não há nenhuma necessidade de criar linha de crédito especial no BNDES, em condições favorecidas, para estimular o aumento da produção industrial e do emprego, como chegou a ser cogitado. Consideram que a fórmula de um Estado incentivador da atividade industrial faz parte de um paternalismo inaceitável e ultrapassado. "Se a empresa tem capacidade ociosa e capital de giro, não há obstáculo para aumentar sua oferta. É preciso entender que incentivo quem dá não é o governo, é o mercado", avisa um integrante da equipe, frustrando a expectativa de quem já contava com esse crédito para expandir sua produção.

O corretivo de rumos no plano era mais do que necessário para protegê-lo contra a volta da inflação. Os dados que começam a ser divulgados agora comprovam isso. De acordo com a Fiesp, a produção industrial em São Paulo cresceu 13,3% em setembro, depois de já ter se elevado 10% em agosto, o consumo de energia elétrica subiu 8,7% também em setembro. Todos os indicadores apontavam para a situação limite semelhante à vivida durante o Plano Cruzado, quando a indústria operou com

capacidade plena, passou a importar insumos e as vendas no comércio explodiram.

Na análise do Ministério da Fazenda, contudo, esses números não passam de uma falsa sensação das empresas de que a demanda fatalmente voltaria a crescer depois das eleições. Como aconteceu na segunda quinzena de junho que antecedeu a entrada do real: a indústria elevou seus preços e o comércio formou estoques na expectativa de que a estabilidade gerada pela introdução da nova moeda teria o poder de expandir o consumo.

"O resultado foi frustrante para quem fez essa aposta, porque as vendas caíram em julho", observa um integrante da equipe do ministro Ciro Gomes. Ele acredita que agora as empresas recomeçaram a viver a euforia artificial de junho, desta vez frustrada de forma diferente, uma vez que o governo precisou intervir no mercado de crédito para conseguir seu objetivo.

Se a conjuntura dos próximos dois meses mostrar que essa avaliação está correta, o próximo presidente receberá o plano econômico com a inflação controlada. Porém, há duas bombas que ameaçam explodir no ano que vem: não há receita garantida para fechar as contas do governo equilibradas em 1995 e o Banco Central precisa parar de socorrer os falidos bancos estaduais. Sem solução para esses dois problemas, a estabilidade da economia pode virar sonho de uma noite de verão.